

-----**ACTA N.º 8/2009**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador António Graça Silva, por motivos de saúde, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Fazendo referência aos editais das actas das reuniões de Câmara, que são enviados para as Juntas de Freguesia, o Senhor **Vereador Rui Correia** pretendeu saber porque motivo foi retirado o período de “Antes da Ordem do Dia”, pedindo para que os mesmos sejam enviados na íntegra,

como sempre foi feito. Mais uma vez, alertou para o mau estado em que se encontra o pavimento junto à rotunda que liga Celorico a Trancoso. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que nos termos do n.º 1, do artigo 91.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, "... as deliberações dos órgãos autárquicos bem como as decisões dos respectivos titulares, destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo ...". Atendendo ao pedido do Senhor Vereador solicitou que os mesmos passem a ter a redacção anterior. -----

-----Sobre o estado do pavimento da Rotunda de ligação entre Celorico da Beira e Trancoso, o Senhor Presidente disse que o empreiteiro já tem conhecimento do sucedido e deve proceder de imediato à sua reparação. Este pavimento foi aplicado numa época de intempéries e por esse motivo ficou logo danificado. -----

-----Referiu também que aquando do final dos trabalhos da A25, foram detectados problemas nas vias de acesso a algumas localidades, bem como em várias pontes, tendo por isso alertado os serviços de fiscalização desta Autarquia para fazerem um balanço dos danos causados. Na sua opinião, os serviços técnicos da autarquia devem ser acompanhados pelo Presidente da Junta onde esses casos foram detectados e fazerem o respectivo levantamento. Dando como exemplo a Freguesia da Ratoeira, em que o empreiteiro da obra da A25, se responsabilizou por fazer o arranjo dos caminhos danificados, sendo que, acabou por ser a Câmara a concluir esses e outros trabalhos. -----

-----Relativamente à curva do terrível, disse que é uma zona de muitos acidentes rodoviários e que neste momento não poderá ser intervencionada, dado que essa mesma via irá sofrer alterações com a passagem do IP2. -----

-----Informou que em Junho vai iniciar-se o IP2, e nesta sequência os técnicos da autarquia irão fazer um levantamento do estado actual das

estradas municipais, que possam vir a ser usadas pelas empresas concessionárias, de forma a precaver a autarquia de eventuais danos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**3.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2009;**-----

-----**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA:**-----

-----**Requerente: Adelaide de Jesus Cabral Cunha;**-----

-----**ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:**-----

-----**Requerente: Associação de Apoio Social e Desenvolvimento de Galisteu e Vide-Entre-Vinhas;**-----

-----**CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:**-----

-----**Requerente: A Mutualidade de Santa Maria;**-----

-----**LGB – LOTE NA ZONA INDUSTRIAL CELORICO GARE;**-----

-----**GRUPO DE SOLTEIROS/CASADOS DE CELORICO DA BEIRA – PEDIDO DE DONATIVO;**-----

-----**ANMP – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL.**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE UM DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número sete, da reunião ordinária do Executivo de um de Abril de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por referir que este é o último ano de mandato e como tal, mais uma vez não recepcionaram os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal e da EMCEL, atempadamente. Disse terem alertado por diversas vezes para esta situação, que se vem arrastando desde o início do mandato. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Rui Correia** disse corroborar da intervenção do Senhor Vereador Hélder Bruno, uma vez que, é leigo nesta matéria, sendo por isso, necessário algum tempo para analisar esta documentação. -----

-----Os Senhores **Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno** fizeram a seguinte declaração de voto: -----

-----“Temos que;-----

-----1.º Dado que não foram cumpridos os prazos legais para leitura e análise detalhada de um documento tão importante como é a prestação de contas do Município e da EMCEL; -----

-----2.º Uma vez alertados nas 3 últimas votações de prestação de contas para que os documentos nos fossem facultados atempadamente para leitura e análise; -----

-----3.º Apresentando a oposição até hoje uma postura construtiva e colaborante na defesa dos interesses do Município e dos seus Municípes; --

-----Perante esta situação, que consideramos lamentável e desrespeitosa, decidimos votar contra os pontos de discussão e votação II e III da ordem do dia. -----

-----Em conclusão:-----

-----Não aceitamos por isso, qualquer imputação de responsabilidades referentes à prestação de contas do Município e da EMCEL respeitante ao ano de 2008.” -----

-----**II - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS A 2008**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta acta (**anexo I**), para análise e apreciação do Executivo. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano financeiro de 2008.**-----

-----**Votaram a favor o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno.**-----

-----**Verificando-se um empate, o Senhor Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.**-----

-----**Mais deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, os documentos da prestação de contas relativos ao ano de 2008.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**III - EMCEL, E.M. - EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE**-----

-----**ASSUNTO: RELATÓRIO E CONTAS DE 2008**-----

-----Dando cumprimento ao estipulado na alínea c), do artigo n.º 27, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e da alínea d), do artigo 19.º dos Estatutos da Empresa Municipal Celoricense, foi presente pelo Senhor

Presidente da Câmara para discussão e posterior aprovação, o documento referenciado em epígrafe, que fica a fazer parte integrante desta acta **(anexo II)**.-----

-----**Após análise dos documentos, a Câmara deliberou por maioria, aprovar o Relatório e Contas da EMCEL, relativos a 2008 e remeter os mesmos, para conhecimento, à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c), n.º 1, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.**-----

-----**Votaram a favor o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno.**-----

-----**Verificando-se um empate, o Senhor Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**IV - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----**ASSUNTO: "TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS"**-----

-----Foi presente circular n.º 36, datada de 30/03/2009, em nome da Associação Nacional de Municípios Portugueses, referindo que dado o facto de os municípios terem recebido das Administrações de Região Hidrográfica notificações para o pagamento da Taxa de Recursos Hídricos, o Conselho Directivo da ANMP analisou tão importante problemática, tendo deliberado expressar às Câmaras Municipais o seu entendimento nesta matéria, sugerindo que face ao quadro legal existente e ao parecer proferido pelo consultor da ANMP a propósito da Taxa de Gestão de Resíduos, e dada a similitude das matérias, as Câmaras Municipais remetam para os Tribunais a decisão relativa ao pagamento da taxa em causa.-----

-----Para tal, deverão as Câmaras Municipais, num primeiro momento, contestar junto das ARH as notas de liquidação enviadas por estas entidades – tendo por base a argumentação acima referida, de forma a evitar-se o reconhecimento de tais dívidas, acautelando-se assim, a não aplicação do mecanismo de dedução às transferências dos fundos municipais, previsto no art.º 34.º da Lei das Finanças Locais.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a Câmara Municipal de Celorico da Beira já enviou uma contestação para o tribunal, e aguarda neste momento por uma resposta. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA** -----

-----**ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 359/X/4AL - EQUIPAMENTO ESCOLAR ADEQUADO AO ENSINO ESPECIAL** -----

-----Foi presente ofício datado de 25/03/2009, proveniente da Assembleia da República, agradecendo a resposta desta autarquia ao requerimento n.º 359/X/4AL, relativo a equipamento escolar adequado ao ensino especial. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VI - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO** -----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia vinte e cinco de Março de dois mil e nove, pelas doze horas e quinze minutos, referente ao funcionário Nuno Miguel Gonçalves Saraiva, com a categoria de Técnico de Informática, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço. -----

-----**3.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2009**-----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a terceira alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, em vigor no ano financeiro de 2009, documentos que ficam apensos a esta acta, **(anexo III)**.-----

-----O **Técnico da Superior** começou por explicar que esta alteração é necessária devido à falta de cabimento na rubrica de subsídios de capital, atribuídos pelo Município a diversas entidades. Tendo em conta a impossibilidade de se prever os subsídios atribuídos pelo Executivo aquando da elaboração do Orçamento, estas rubricas têm que ser ajustadas sempre que haja cabimento suficiente, caso contrário, não se poderão efectuar os registos, nem os respectivos pagamentos.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que essa preocupação deixa de fazer sentido, uma vez que, aquando da elaboração do Orçamento, as verbas a atribuir são logo definidas pelo novo Programa de Apoio ao Associativismo, sendo por isso importante e urgente a sua aprovação.-----

-----O **Técnico Superior** disse ainda, que esta alteração também servirá para dotar as rubricas de trabalhos especializados, cujas dotações têm de ser ajustadas devido ao facto da EMCEL ter cobrado valores elevados de prestações de serviços ao Município no fim de 2008, pelo que, a alteração já inclui os valores que esperam ser cobrados até ao fim do ano relativamente a esses serviços. Também irão ser efectuados ajustes a rubricas genéricas de despesas correntes e de capital, tais como as relacionadas com aquecimento escolar, eventos e exposições regionais, juros de mora, entre outras.-----

-----**A Câmara deliberou aprovar a 3.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2009.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA** -----

-----**Requerente: Adelaide de Jesus Cabral Cunha** -----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 08/04/2009, informando que a Senhora Adelaide de Jesus Cabral Cunha, residente em Ratoeira, requereu isenção do pagamento de fornecimento de água. -----

-----O Gabinete de Acção Social, depois da análise da documentação entregue, verificou que o processo se enquadra no Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, no Capítulo VII, Bonificações – Artigo 46º - Isenções. -----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de fornecimento de água a Senhora Adelaide de Jesus Cabral Cunha, com base no Capítulo VII, Bonificações - artigo 46º - Isenções, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

-----**ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: Associação de Apoio Social e Desenvolvimento de Galisteu e Vide-Entre-Vinhas**-----

-----Foi presente requerimento n.º 255, datado de 08/04/2009, em nome da Associação de Apoio Social e Desenvolvimento de Galisteu e Vide-Entre-Vinhas, pretendendo a isenção do pagamento de taxas para a Alteração e Ampliação de um Lar de Idosos, sita em Galisteu, freguesia de Vide-Entre-Vinhas, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e

de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, para a Alteração e Ampliação de um Lar de Idosos, a Associação de Apoio Social e Desenvolvimento de Galisteu e Vide-Entre-Vinhas, sito em Galisteu, Celorico da Beira.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: A Mutualidade de Santa Maria**-----

-----Foi presente requerimento n.º 245, datado de 07/04/2009, em nome de A Mutualidade de Santa Maria, pretendendo a isenção do pagamento de taxas para o Projecto de Construção de um Lar de Idosos, sita em Lugar da Sancha, freguesia de Vila Boa do Mondego, concelho de Celorico da Beira.

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, para o Projecto de Construção de um Lar de Idosos, A Mutualidade de Santa Maria, sito em Lugar da Sancha, freguesia de Vila Boa do Mondego, Celorico da Beira.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**LGB – LOTE NA ZONA INDUSTRIAL CELORICO GARE**-----

-----Foi presente ofício datado de 13/04/2009, proveniente da LGB – Sociedade de Projectos e Infra-estruturas Eléctricas e Telecomunicações, Ld.^a, dando conhecimento que a Empresa tem como objectivo espaço para estaleiro e parque de viaturas, armazém e Zona administrativa, num total de área de 3.000m² a 4.000m².-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que a Secção de Obras Municipais elaborasse um levantamento detalhado, no qual constem todos os pedidos de lotes de terreno na zona industrial, para ser presente a uma próxima reunião de executivo.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**GRUPO DE SOLTEIROS/CASADOS DE CELORICO DA BEIRA – PEDIDO DE DONATIVO**-----

-----Foi presente requerimento do Grupo de Solteiros/Casados de Celorico da Beira, datado de 13/04/2009, referindo que à semelhança dos anos anteriores irão organizar um convívio no dia do Trabalhador (1 de

Maio), que integrará um jogo de futebol, no Estádio Municipal de Celorico da Beira, solicitando para o efeito a prestimosa colaboração da autarquia através de um donativo, para a confecção do almoço convívio. -----

-----**A Câmara deliberou assumir a despesa com o almoço do Grupo de Solteiros/Casados de Celorico da Beira, que irão participar num jogo de futebol, no Estádio Municipal, no dia 1 de Maio.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ANMP – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL**-----

-----Foi presente fax datado de 07/04/2009, em nome da Associação Nacional de Municípios Portugueses, referindo que o Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo em Portugal continental. Nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 2.º, de tal diploma, conjugado com o n.º 1, do artigo 3.º, o território da Área Regional de Turismo do Centro corresponde à área abrangida pela NUT II – Centro.-----

-----Com o objectivo de se corrigir a situação e de conformar o conteúdo dos Estatutos da Turismo do Centro com o consignado no Decreto-Lei 67/2008, em termos territoriais, foi já aprovada pela respectiva assembleia-geral uma alteração estatutária, abrangendo agora aquela Entidade Regional o território da NUT II – Centro, informando que os municípios que o solicitem podem aderir à Turismo do Centro de Portugal.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezassete horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a

presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim,
Dina Maria da Silva, que a secretariei. -----
